
TRÊS POLÍTICAS, TRÊS LÍNGUAS: TRIANGULAÇÕES ENTRE O ENSINO DAS LÍNGUAS COREANA, RUSSA E CHINESA

THREE POLICIES, THREE LANGUAGES: TRIANGULATIONS OF THE TEACHING OF KOREAN, RUSSIAN AND CHINESE LANGUAGES

Camila BOLINI (Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil/CNPq)

Flávia Rabelo da Silva NOBRE (Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil)

Júlia Calipo TOTH (Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil/CNPq)

RESUMO: Esse artigo tem como objetivo analisar as políticas linguísticas acerca do ensino de línguas no exterior e seus desdobramentos no contexto brasileiro de três países que sofrem do processo de orientalização (SAID, 2007; PUH, 2020a; PUH, 2020b): República da Coreia, Federação Russa e República Popular da China. Este aprofundamento será feito em processo comparativo a partir da metodologia de dezescrita (BARZOTTO e RIOLFI, 2014), buscando contemplar as diferentes perspectivas existentes diante da criação de legislações, programas e projetos para planejamento e gestão linguística no exterior.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas linguísticas; Ensino; Língua chinesa; Língua coreana; Língua russa

ABSTRACT: This article aims to analyze the language policies on language teaching abroad and its consequences in the Brazilian context of three countries that suffer from the process of orientalism (SAID, 2007; PUH, 2020a; PUH, 2020b): Republic of Korea, Russian Federation and People's Republic of China. This deepening will be done in a comparative process based on the methodology of unwriting (dezescrita) (BARZOTTO e RIOLFI, 2014) seeking to contemplate the different perspectives existing in the face of the creation of legislation, programs and projects for linguistic planning and management abroad.

KEYWORDS: Language policy; teaching; Chinese language; Korean language; Russian language

POR QUE ESTUDAR COREIA DO SUL, RÚSSIA E CHINA?

A fim de contribuir para o fomento do multilinguismo e a formação de saberes sobre as línguas ditas “Orientais” no Brasil, esse artigo tem como objetivo aprofundar o entendimento acerca das políticas linguísticas e seus desdobramentos em três países que sofrem do processo de orientalização no contexto brasileiro: a República da Coreia, Federação Russa e a República Popular da China. A escolha por estes países e línguas teve uma motivação multifatorial. Primeiramente, as autoras deste artigo possuem formação na Universidade de São Paulo nos cursos de graduação em Letras com habilitação em língua coreana, língua russa e língua chinesa, e estão em intenso e constante diálogo acadêmico. Em adição, ao passo que as línguas estão inseridas em um contexto sócio-cultural específico - e que, portanto, não devem ser vistas como fenômenos isolados dentro de uma cultura e sua organização político-econômica, tal como preconizam estudos transnacionais e autores que se opõem ao nacionalismo metodológico (VIEIRA, 2015) -, consideramos produtiva uma triangulação das três perspectivas singulares presentes nos três documentos de planejamento e gestão linguística a fim de explicitar como essa diversidade pode vir a influenciar esses processos em três países que têm formação histórica, cultural e econômica distintos, mas que dividem o mesmo espaço orientalizado no imaginário ocidental e que possuem fortes ligações e paralelos, como buscamos demonstrar ao longo de nosso artigo. Complementarmente, buscamos não somente analisar como esta gestão se dá, como também como estas influenciam no contexto brasileiro de ensino de línguas.

Como meios de possibilitar a análise desta gestão e como ela influencia no ensino de línguas no Brasil, este artigo mobiliza os conceitos de orientalismo (SAID, 2007), orientalismo linguístico (PUH, 2020a; 2020b) e *dezescrita* (BARZOTTO e RIOLFI, 2014), e contará com um exercício analítico que partirá da escolha de três documentos, cada um correspondente a um dos países abordados, seguido de uma discussão comparativa traçando consonâncias e dissonâncias.

No entanto, frisamos que este exercício comparativo é de caráter inicial e introdutório tanto na trajetória de pesquisa das autoras quanto no contexto dos estudos na área de ensino e políticas linguísticas de línguas orientalizadas, estando os conceitos aqui explorados ainda em processo de construção. Sendo assim, passemos aos meios que possibilitaram este exercício.

METODOLOGIA: ORIENTALISMO E A DEZESCRITA DE DOCUMENTOS OFICIAIS

Quando tratamos de línguas do chamado Oriente - categoria na qual se inserem o chinês, coreano e russo - é necessário compreender qual a visão que se tem sobre este. Para isso, mobilizamos o conceito de orientalismo (SAID, 2007), um conjunto de pensamentos culturais e políticos sistematizados sobretudo nos séculos XIX e XX por parte do Ocidente - representado por potências

coloniais como Inglaterra, França e Estados Unidos - sobre um Oriente. Perpetuado até os dias atuais, estes pensamentos posicionam o Oriente como o “Outro”, algo diferente e exótico.

Enquanto isso, o Ocidente se coloca como

[...] a instituição autorizada a lidar com o Oriente - fazendo e corroborando afirmações a seu respeito, descrevendo-o, ensinando-o, colonizando-o, governando-o: em suma, o Orientalismo como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente. (SAID, 2007, p. 29)

Em se tratando do orientalismo, é importante ressaltar que a divisão entre Oriente e Ocidente não se dá apenas a partir de uma divisão exata do globo em duas metades. Ao Oriente é atribuído o papel do “Outro” em um aspecto negativo, daquele que difere do “Nós”, o que imputa ao Oriente o lugar da exclusão, especialmente pelas diferenças culturais e políticas incomensuráveis, um fenômeno abordado por autores de língua portuguesa como Santos (1999). Portanto, a categorização do que seria o Ocidente e Oriente se apresenta como um terreno movediço, que difere a depender do ponto de vista adotado.

Por nos determos mais especificamente ao contexto linguístico de ensino e aprendizagem de chinês, coreano e russo, trabalharemos aqui sobretudo com o conceito do orientalismo linguístico (PUH, 2020a; 2020b), ou seja, do orientalismo de Said aplicado às línguas. Partindo deste, entendemos que o exotismo criado em relação ao Oriente também incide sobre as línguas faladas neste. Assim, estas línguas passam a ser consideradas pelo Ocidente como “estranhas”, “muito difíceis de aprender” ou até mesmo “inúteis”, especialmente quando comparadas às línguas ocidentalizadas como o inglês e o francês, cujo campo de ensino e pesquisas acadêmicas se encontram historicamente muito mais consagrados diante do cenário monolinguista da gestão linguística brasileira, como aponta o pesquisador croata-brasileiro:

Me parece que isso continua assim pelo fato de existir um posicionamento ideológico acadêmico que não penetrou ainda todas as áreas do estudo da linguagem, mas que deixa a universidade distante da atuação mais enfática para mudar alguns dos pressupostos gerais, tais como “o Brasil é um país monolíngue”, “o Brasil quase não tem estrangeiro e não tem contato com outras culturas que não as latinas que falam língua parecida” e daí “para quê aprender uma língua estrangeira se a pessoa não vai ter com quem praticar”, “se com inglês ou espanhol o indivíduo não encontra emprego ou oportunidade de usar profissionalmente, para quê aprender outras línguas”, “outras línguas são pouco comuns no país, portanto esquisitas e difíceis de se aprender”, “o brasileiro mal fala português, imagina que vai aprender outra língua”. São essas as metáforas em forma de afirmações que exemplificam bem o que percebo ser a “orientalização linguística”, que acomete o ensino de línguas estrangeiras e que se resume, na maior parte das universidades e escolas, no ensino de línguas ocidentais hegemônicas, inviabilizando a criação de espaço para outras línguas. (PUH, 2020a, p. 421)

No Brasil, isso se materializa na incipiência destas áreas nos âmbitos de políticas linguísticas, de produção de materiais didáticos e de produção de conhecimento científico sobre estas línguas,

conforme pudemos constatar em nossas pesquisas de Iniciação Científica⁴⁵. Para exemplificar esse movimento orientalizante, selecionamos para uma análise mais aprofundada três textos de origem estatal que tivessem grande influência no ensino das línguas de nosso escopo no Brasil: o *Ato da Fundação Coreia* (MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA DA COREIA, 1991), *A concepção de apoio estatal e promoção da língua russa no exterior* (FEDERAÇÃO RUSSA, 2015) e a *Constituição e Legislação do Instituto Confúcio* (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, 2006). Os documentos chinês e sul-coreano são tipologicamente equivalentes ao tratar da fundação de instituições - Instituto Confúcio e Fundação Coreia - e portanto de uma política externa. Já o documento russo é mais abrangente, tratando sobre a língua russa no exterior, e não se associa a uma fundação específica. Apesar de existir um documento dedicado à fundação do Russkiy Mir, Decreto do Presidente da Federação Russa de 21 de junho de 2007 n° 796⁴⁶, este não possui detalhes sobre seus objetivos, planejamento, funcionamento e papel no planejamento e gestão linguística da Federação Russa, o que não seria compatível com nossos objetivos já apresentados, estes detalhes se encontram melhor desenvolvidos no documento mais generalista escolhido para o exercício de *dezescrita*, o que já aponta para uma abordagem diferente quanto a redação de documentos quando estabelecida a comparação com os documentos coreano e chinês. Para isso, optamos por adentrar nos meandros destes documentos através de um exercício da metodologia de *dezescrita* (BARZOTTO e RIOLFI, 2014). A *dezescrita* foi desenvolvida como uma metodologia de análise que busca explicitar uma heterogeneidade de vozes presentes no texto através de uma leitura crítica e baseada em categorias pré determinadas, as quais também estão abertas a redefinições de acordo com a materialidade analisada:

Com isso, indica-se que, para se obter uma leitura não basta repetir o que está escrito, obedecer à direção dada no texto ou fornecida por um texto que apresenta uma leitura já feita, pois isso representaria um desgaste no caráter plural do texto. Do mesmo modo, indica-se que, tanto na leitura quanto na escrita, é necessário empenho para acrescentar algo novo, que ainda não foi escrito ou dito, agenciando múltiplas vozes, sem perder de vista que a contribuição daquele que escreve precisa estar manifesta, adicionada no texto (BARZOTTO e RIOLFI, 2014, p.11).

Explicitamos, ainda, que neste artigo buscamos dar os primeiros passos rumo a *dezescrita* a partir de uma perspectiva comparativa de triangulação entre três textos de localidades e gêneros

⁴⁵ Desenvolvidas ao longo dos anos de 2021-2022 e orientadas pelo Prof. Dr. Milan Puh (Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo), as pesquisas de Iniciação Científica intituladas “Estado da arte do ensino de línguachinesa: documentos oficiais, materiais didáticos e produção acadêmica”, por Júlia Calipo Toth, “Estado da arte do ensino de língua coreana: documentos oficiais, materiais didáticos e produção acadêmica”, por Camila Bolini e “Estado da arte do ensino de língua russa: documentos oficiais, materiais didáticos e produção acadêmica”, por Flávia Nobre, constataram a incipiência de suas respectivas áreas através da elaboração de um estado da arte.

⁴⁶ Original: *Указ Президента Российской Федерации от 21.06.2007 г. № 796*

diferentes. Consideramos este processo um exercício - e não uma *dezescrita* completa - pois, para atingir uma pluralização mais integral dos textos em sua materialidade, seria necessária a construção de paralelos com um corpus de textos dentro do mesmo gênero e localidade, a fim de explicitar de forma clara a heterogeneidade de discursos. Porém, tendo em vista o estado incipiente das áreas de estudos sobre a educação das línguas aqui tratadas no contexto brasileiro e a expansão da *dezescrita* para outras materialidades - e objetivando justamente dar o primeiro passo rumo à expansão destes estudos -, aqui apresentaremos a *dezescrita* de somente um documento oficial relativo a cada idioma, com o objetivo de introduzir uma comparação das diferentes perspectivas nacionais sobre o planejamento e gestão linguística.

Originalmente, a *dezescrita* conta com 6 categorias principais: temporalidade, localidade, metodologia, conceito-base, conceito científico e bibliografia (KRAUSE-LEMKE e PUH, 2021). No entanto, esta foi criada para a análise de produções acadêmicas e, justamente por conta disso, suas categorias foram pensadas e desenvolvidas para atender às necessidades específicas de uma investigação em produções de conhecimento de cunho acadêmico. Assim, como uma forma de expandir a metodologia de *dezescrita* para outras materialidades, como a de documentos oficiais que aqui trabalharemos, foram desenvolvidas categorias específicas para que pudéssemos explicitar a heterogeneidades (também) em documentos oficiais. Detalharemos a seguir, então, com uma maior profundidade essas categorias.

Enquanto aquelas que foram utilizadas conforme originalmente propostas por Puh e Krause-Lemke (2021), temos a localidade, temporalidade e conceito-base. A localidade possui o propósito de identificar e explicitar diferentes locais de produção e citados ao longo do texto, não se limitando somente aos locais como estão situados geoespacialmente, como “Brasil”, “Coreia do Sul”, “China” ou “Rússia”, como também busca dar conta de localidades abstratas, como “comunidade internacional”, “instituições estrangeiras” ou “estrangeiros”. Seguindo esta mesma lógica está a temporalidade, que concentra em si tanto o tempo em que o texto foi escrito, quanto o tempo que este mobiliza para se constituir. Por fim, enquanto categoria já existente na *dezescrita* tradicional, temos o conceito-base, ou seja, os conceitos implícitos. Estes conceitos são aqueles que não foram desenvolvidos pelos autores e autoras por serem considerados consensuais entre os que escrevem e os que lêem na área, considerando-os, então, algo que seus leitores já conhecem e, justamente por isso, não seria necessária uma elaboração mais aprofundada.

Explicitamos, ainda, que neste artigo buscamos dar os primeiros passos rumo a *dezescrita* a partir de uma perspectiva comparativa de triangulação entre três textos de localidades e gêneros diferentes. Consideramos este processo um exercício - e não uma *dezescrita* completa - pois, para

atingir uma pluralização mais integral dos textos em sua materialidade, seria necessária a construção de paralelos com um corpus de textos dentro do mesmo gênero e localidade, a fim de explicitar de forma clara a heterogeneidade de discursos. Porém, tendo em vista o estado incipiente das áreas de estudos sobre a educação das línguas aqui tratadas no contexto brasileiro e a expansão da *dezescrita* para outras materialidades - e objetivando justamente dar o primeiro passo rumo à expansão destes estudos -, aqui apresentaremos a *dezescrita* de somente um documento oficial relativo a cada idioma, com o objetivo de introduzir uma comparação das diferentes perspectivas nacionais sobre o planejamento e gestão linguística.

Originalmente, a *dezescrita* conta com 6 categorias principais: temporalidade, localidade, metodologia, conceito-base, conceito científico e bibliografia (KRAUSE-LEMKE e PUH, 2021). No entanto, esta foi criada para a análise de produções acadêmicas e, justamente por conta disso, suas categorias foram pensadas e desenvolvidas para atender às necessidades específicas de uma investigação em produções de conhecimento de cunho acadêmico. Assim, como uma forma de expandir a metodologia de *dezescrita* para outras materialidades, como a de documentos oficiais que aqui trabalharemos, foram desenvolvidas categorias específicas para que pudéssemos explicitar a heterogeneidades (também) em documentos oficiais. Detalharemos a seguir, então, com uma maior profundidade essas categorias.

Enquanto aquelas que foram utilizadas conforme originalmente propostas por Puh e Krause-Lemke (2021), temos a localidade, temporalidade e conceito-base. A localidade possui o propósito de identificar e explicitar diferentes locais de produção e citados ao longo do texto, não se limitando somente aos locais como estão situados geoespacialmente, como “Brasil”, “Coreia do Sul”, “China” ou “Rússia”, como também busca dar conta de localidades abstratas, como “comunidade internacional”, “instituições estrangeiras” ou “estrangeiros”. Seguindo esta mesma lógica está a temporalidade, que concentra em si tanto o tempo em que o texto foi escrito, quanto o tempo que este mobiliza para se constituir. Por fim, enquanto categoria já existente na *dezescrita* tradicional, temos o conceito-base, ou seja, os conceitos implícitos. Estes conceitos são aqueles que não foram desenvolvidos pelos autores e autoras por serem considerados consensuais entre os que escrevem e os que lêem na área, considerando-os, então, algo que seus leitores já conhecem e, justamente por isso, não seria necessária uma elaboração mais aprofundada.

Complementarmente, temos a criação de novas categorias para a análise de documentos oficiais: os “conceitos explicitados” e os “meios de execução”. Em oposição ao conceito-base implícito que citamos anteriormente, deu-se o “conceito explicitado”. Sendo uma adaptação ao conceito científico - a oposição original ao conceito-base - esta nova conceituação se deu a partir da

constatação de que, ao longo das legislações, foram explicitados conceitos que não se enquadravam na categoria científica, mas que ainda assim apresentaram-se de forma evidenciada por não serem considerados de consenso entre seu público-alvo. Por fim, substituindo a categoria tradicional de metodologia, os “meios de execução” seriam as maneiras pelas quais um documento oficial pretende se concretizar. Para isso, também foram criadas as subcategorias “agentes” (quem viabilizará), “público-alvo” (a quem se destina), “métodos” (como será feito) e “objetivos” (paraquê se criou este documento). A partir dos conceitos de orientalismo, orientalismo linguístico e *dezescrita* aqui apresentados, passemos, então, ao exercício de uma *dezescrita* de três documentos oficiais a fim de estabelecer pontos comparativos a partir de uma perspectiva de triangulação para explicitar as diferentes perspectivas que podem recair sobre as políticas linguísticas devido a especificidade de contextos políticos, econômicos e culturais.

DEZESCREVENDO TRÊS DOCUMENTOS

1. REPÚBLICA DA COREIA: O ATO DA FUNDAÇÃO COREIA

Para que possamos entender como o ensino de língua coreana se dá ao redor do globo - e, conseqüentemente, no Brasil - nos deteremos a analisar o documento *Ato da Fundação Coreia* (*Korea Foundation Act*), regulamentador da Fundação Coreia (한국국제교류재단). Criada em 1991, a Fundação Coreia é responsável por diversas iniciativas de promoção do idioma e da cultura coreana no mundo: no edital de 2022 disponibilizado pela Embaixada da República da Coreia na República Federativa do Brasil, é possível solicitar auxílios em recursos humanos e financeiros para o desenvolvimento de atividades como cursos de coreano, eventos e workshops sobre língua e cultura, bibliotecas, além de fornecer professores, bolsas de estudos e intercâmbios. Assim, sendo a Fundação uma importante atuante na viabilização do ensino de coreano no Brasil, buscamos dar os primeiros passos rumo a uma *dezescrita* para possibilitar uma maior compreensão de seus objetivos, escopo e meios, bem como de entender com maior profundidade o ensino da língua coreana em nosso país.

Enquanto localidade, é possível perceber que todo o documento trabalha em uma chave dicotômica: a Coreia do Sul e os “países estrangeiros”. Isso se dá por ser o Ato da Fundação Coreia um documento sul-coreano sobre a promoção do país no mundo, mas gostaríamos de chamar a atenção para um ponto específico. Ao longo de todo o texto, esses “países estrangeiros” não são especificados, configurando, também, conceitos-base, ou seja, aqueles conceitos que o autor toma como pressupostos, como um conceito comum, sem discordâncias entre a comunidade que o recepciona

O propósito deste Ato é contribuir para o encorajamento de um melhor entendimento da Coreia e promover amizade internacional na comunidade internacional, ao estabelecer a Fundação Coreia para realizar vários projetos para trocas entre a República da Coreia e países estrangeiros. (Ato No.9878, 30. Dez. 2009., Emenda Parcial. Ministério das Relações Exteriores da República da Coreia) (Tradução nossa)⁴⁷

Aqui, podemos atribuir a ausência de uma maior especificação em relação a quais países estrangeiros, qual comunidade internacional ao fato de ser um documento regulamentador fundacional. Assim, estaria atribuído a documentos e decisões internas a resolução sobre quais países deveriam receber a atuação da Fundação, de acordo com os interesses de seu tempo. No entanto, ao longo de leituras paralelas de outros documentos sul-coreanos que tratassem sobre o ensino da língua, pudemos também constatar que esta supressão de um maior detalhamento sobre a localidade está presente em mais de um escrito oficial, como o Ato da Fundação dos Coreanos no Exterior (MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA DA COREIA, 2020) e o Ato de Enquadramento da Língua Coreana (DEPARTAMENTO DE LÍNGUA COREANA, 2011).

Ainda em relação ao Ato da Fundação Coreia, também observamos diversos conceitos-base. Na seção destinada à descrição do propósito do Ato, compreendemos o *melhor entendimento da Coreia* e a *amizade internacional* como conceitos-base. Assim, este Ato possui como propósito o encorajamento do *melhor entendimento da Coreia* - em que não sabemos se este se refere à cultura, língua, economia ou até mesmo sobre outras coisas -, bem como promover uma “amizade internacional” que, por não estar especificada, pode se tratar de uma amizade diplomática oficial, uma promoção de uma boa imagem entre os habitantes dos países, uma promoção de acordos econômicos e comerciais, ou ainda um outro tipo de relação amigável. Além disso, não especificados nem o termo “amizade”, nem o termo “internacional”, não é possível identificar com exatidão o que a esfera governamental sul-coreana entende por *amizade internacional*. Desta forma, sobretudo tratando da seção que descreve o propósito da Fundação, não somente aparecendo logo ao início do documento, como também sendo de suma importância para todo o desenvolvimento da Fundação, a apresentação de tantos conceitos-base na seção mostra-se prejudicial à clareza necessária a um documento oficial - que inclusive, foi traduzido como forma de expandir o acesso para não falantes de coreano. Ao mesmo passo em que é justificável uma generalização por se tratar de um documento que abarca toda uma fundação por um período de tempo indeterminado, é necessária uma maior especificação sobre quais critérios serão utilizados para definir sobre quais países incidirão as

⁴⁷ Citação original: “The purpose of this Act is to contribute to encouraging a better understanding of Korea and to promoting international friendship in the international community, by establishing the Korea Foundation to carry out various projects for exchange between the Republic of Korea and foreign countries.”

atividades, o que seria um melhor entendimento sobre a Coreia ou em qual aspecto se estabelece uma amizade internacional.

Em adição, ao analisarmos a seção que descreve os projetos da Fundação (art. 6), é possível identificar mais conceitos-base, como “trocas internacionais”, “personagens da sociedade”, “pesquisas sobre a Coreia” e “disseminação em países estrangeiros”:

Patrocínio, suporte e participação em vários eventos que objetivam trocas internacionais;

Envio e convite de personagens da sociedade para o propósito de trocas internacionais;

Apoio de pesquisas sobre a Coreia e disseminação de seus resultados em países estrangeiros [...] (Ato No.9878, 30. Dez. 2009., Emenda Parcial. Ministério das Relações Exteriores da República da Coreia)⁴⁸

Quando o documento trata sobre trocas internacionais, assim como estabelecemos com os conceitos-base relativos ao propósito, é implícita a definição do que seriam exatamente essas trocas - se seriam no escopo educacional, cultural, econômico, diplomático, com quais países, entre quais órgãos governamentais em relações diplomáticas ou até mesmo se seriam relações diplomáticas ou paradiplomáticas. Em adição, logo em seguida observamos o conceito-base “personagens da sociedade”, estes que, dentre outras coisas, podem ser artistas, famosos, políticos, diplomatas, cidadãos exemplares, estudiosos. Aqui vale ressaltar que, na versão mais atual deste Ato - do ano de 2020 -, o termo “personagens da sociedade” foi substituído por “pessoas”⁴⁹, mas ainda apresenta-se como um conceito-base ao não especificar de qual tipo de pessoa promotora das trocas internacionais este se refere. Por fim, ao final do trecho temos a menção a “pesquisas sobre Coreia” com “disseminação em países estrangeiros” que também são implícitos. Em se tratando de pesquisas sobre a Coreia, existem diversas possibilidades de ramos da ciência que estas podem abarcar, não sendo especificado de a Fundação se dispõe a apoiar desde pesquisas em áreas da tecnologia até pesquisas em humanidades, ou em somente um nicho específico de interesse. Em se tratando da incipiência da área de estudos sobre ensino de coreano no Brasil - e sendo a Fundação Coreia uma das propiciadoras do desenvolvimento de pesquisas, como pudemos observar no edital de 2022 -, a não especificação de quais ramos de pesquisa serão financiados - ou se sequer serão financiados - se apresentam como barreiras para o fomento de pesquisas sobre ensino de coreano. Além disso, a disseminação em países estrangeiros é um conceito-base a partir da mesma lógica de “países estrangeiros” que citamos anteriormente. Assim, não é possível saber se existe um critério para a

48 Citação original: 1. Sponsorship, support and participation in various events which aim at international exchanges; 2. Dispatch and invitation of society personages for the purpose of international exchanges; 3. Support of researches on Korea and dissemination of their results in foreign countries [...].

49 Original: Dispatching and inviting the persons for international exchanges [...].

disseminação em países específicos - e estratégicos - ou se a disseminação ocorreria de forma generalizada.

Ao constatarmos diversos conceitos-base ao longo do texto que impedem uma definição mais nítida sobre a atuação da Fundação Coreia, estes também entornam sobre a categoria de meios de execução. Primeiramente, quanto aos objetivos, em sua grande parte são apresentados como conceitos-base, conforme discorreremos acima. Em adição, a definição de um público alvo também não se apresenta nitidamente definida, ao passo que o público alvo da Fundação é o público internacional, sem uma explicitação a qual grupo se refere, como, por exemplo, de quais países, quais faixas etárias, grupo social ou ocupação profissional.

No entanto, apesar de diversos conceitos-base ao longo dos meios de execução, nota-se um alto nível de detalhamento em relação aos agentes e ao funcionamento da Fundação. Como agentes, para além da própria Fundação, notamos a presença do Ministro de Relações Exteriores - e, por extensão, do Ministério de Relações Exteriores - na regulamentação e legitimação dos processos da Fundação, como o estabelecimento de filiais, modificações em processos previstos pelo Ato, autorização para a execução de projetos com fins lucrativos, indicação de um presidente para a Fundação, bem como de diretores e auditores, autorização para determinados tipos de

captação e gestão de recursos financeiros. Complementarmente, também é detalhada com grande riqueza de detalhes a estrutura organizacional da Fundação a partir de critérios para a ocupação, bem como para a destituição, de determinados cargos, a descrição de suas respectivas funções. Para além da estrutura organizacional de recursos humanos, também há grande detalhamento dos recursos financeiros a serem mobilizados, a partir da descrição dos fundos e das possibilidades de captação de recursos para a viabilização dos projetos.

Mesmo que categorizado como um conceito implícito por diversas vezes ao longo desta breve exposição, os “países estrangeiros” recebem os investimentos sul-coreanos por meio da Fundação Coreia como parte do desejo do governo sul-coreano em promover a língua ao redor do globo, o que ressalta também sua função como difusora da própria cultura e identidade sul-coreanas⁵⁰. Assim

⁵⁰ De acordo com o Ato de Enquadramento da Língua Coreana, “O Estado e o povo devem reconhecer que a língua coreana é a herança cultural mais valiosa da nação e força motriz para criatividade cultural e exerce todo esforço em desenvolver a língua coreana, assim contribuindo para estabelecer a identidade de culturas nacionais e preservar a língua coreana, para transmiti-la às próximas gerações” (DEPARTAMENTO DE LÍNGUA COREANA, 2011).

Original: “The State and people shall recognize that the Korean language is the most valuable cultural heritage of the nation and driving force for cultural creativity and exert every effort in developing the Korean language, thereby contributing to establishing the identity of the national cultures and preserving the Korean language, to bequeath it to the next generations” (DEPARTAMENTO DE LÍNGUA COREANA, 2011).

como a Coreia do Sul, a Rússia também apresenta um forte vínculo entre a língua e sua cultura com uma identidade russa, como veremos a seguir.

FEDERAÇÃO RUSSA: A CONCEPÇÃO DE APOIO ESTATAL E A PROMOÇÃO DA LÍNGUA NO EXTERIOR

Devido a desestabilização econômica, social e cultural enfrentada pela Rússia após a dissolução da URSS, segundo a pesquisadora Ryazanova Clark (2006), dentro de um contexto protecionista mais amplo, a Federação Russa se voltou à uma sistematização legal, imposição nacional e protecionismo generalizado da língua russa para assegurar uma unidade do país plurinacional diante do que se entende por ameaças geopolíticas à sua soberania e unidade.

Neste sentido, a língua russa passou também a ser vista como ferramenta diplomática fomentada especialmente através de documentos como "A concepção de apoio estatal e promoção da língua russa no exterior", aprovado pelo Presidente da Federação Russa em 03.11.2015 N Pr-2283⁵¹, que pontua metas e áreas prioritárias para apoiar e promover a língua russa no exterior pois, segundo o próprio documento:

Nas condições modernas, a demanda e a prevalência da língua no exterior são os indicadores mais importantes da autoridade do Estado e sua influência no mundo. Nesse sentido, a língua russa deve ser considerada como uma das principais ferramentas para promover e realizar os interesses estratégicos da política externa da Federação Russa. Sua distribuição no exterior contribui para a formação de uma atitude positiva em relação à Federação Russa na comunidade mundial, o fortalecimento e a expansão da presença russa na arena internacional. Assim, as atividades de apoio e promoção da língua russa no exterior são uma parte importante da política externa da Federação Russa. (N. PR.- 2283, Resolução Presidencial, 3 nov.2015, Federação Russa) (Tradução nossa)⁵²

O documento, porém, não aponta exatamente que visão é essa que pretende melhorar, tomando isto como conceito-base ao longo de todo o seu desenvolvimento, apontando apenas para o fato de que "no final do século XX, surgiram, e continuam a persistir, tendências alarmantes de declínio do interesse pela língua russa" (N. PR.- 2283, Resolução Presidencial, 3 nov.2015, Federação Russa, Tradução nossa)⁵³. A partir disso, o documento passa a pontuar então seus meios de execução

⁵¹ Citação Original: "Концепция государственной поддержки и продвижения русского языка за рубежом" (утв. Президентом РФ 03.11.2015 N Пр-2283)

⁵² Citação original: современных условиях востребованность и распространенность языка за рубежом являются важнейшими показателями авторитета государства и его влияния в мире. В связи с этим русский язык необходимо рассматривать в качестве одного из основных инструментов продвижения и реализации стратегических внешнеполитических интересов Российской Федерации. Его распространение за рубежом способствует формированию положительного отношения к Российской Федерации в мировом сообществе, укреплению и расширению российского присутствия на международной арене. Таким образом, деятельность по поддержке и продвижению русского языка за рубежом является важной частью внешней политики Российской Федерации

⁵³ Citação original: в конце XX века проявились и продолжают сохраняться тревожные тенденции снижения интереса к русскому языку

visando as problemáticas a serem resolvidas, pontuando a execução de sua redação entorno da necessidade de desenvolvimento e planejamento de meios de execução para mudar a situação:

As atividades de apoio e promoção da língua russa no exterior são de natureza estratégica de longo prazo e requerem a provisão de recursos adequados. Este Conceito foi projetado para dar a essas atividades propósito e consistência, o que permitirá à Federação Russa intensificar o uso de ferramentas de "soft power" na arena internacional. (N. PR.- 2283, Resolução Presidencial, 3 nov.2015, Federação Russa) (Tradução nossa)⁵⁴

Pontuando a partir disto, três principais objetivos que norteiam os agentes e meios adotados:

- fortalecer o papel, a importância e a competitividade da língua russa no mundo moderno;
- apoio ao estudo e ensino da língua russa;
- melhoria da infra-estrutura utilizada para o desenvolvimento da cooperação internacional cultural, humanitária, científica e educacional. (N. PR.- 2283, Resolução Presidencial, 3 nov.2015, Federação Russa) (Tradução nossa)⁵⁵

Para cumprimento destes objetivos o documento elenca três localidades e públicos prioritários de atuação: a popularização e apoio ao estudo da língua russa como uma das principais línguas do mundo, fomentando a diversidade cultural mundial; a manutenção do status da língua russa como língua nacional e interétnica no espaço da Comunidade de Estados Independentes e o apoio a iniciativas de preservação a identidade etnocultural e linguística dos compatriotas residentes no exterior.

A partir disso, são listadas dez principais atividades a serem observadas e fomentadas para viabilizar a execução dos objetivos listados em suas principais áreas de atuação: a realização de eventos como o Dia da Língua Russa; a formação de um sistema estatal unificado de ensino da língua russa no exterior com base em instituições estrangeiras russas; a ampliação do uso de tecnologias de ensino a distância; o envio de especialistas e professores ao exterior; o fornecimento de assistência científica, educacional, metodológica, logística e informacional a organizações educacionais estrangeiras que ensinam a língua russa e em russo; aperfeiçoamento dos programas de formação avançada e reciclagem profissional para professores estrangeiros de língua e literatura russa, bem como assistência na formação desses professores; o suporte e implementação de testes de

54 Citação original: Деятельность по поддержке и продвижению русского языка за рубежом носит долгосрочный стратегический характер, требует соответствующего ресурсного обеспечения. Настоящая Концепция призвана придать этой деятельности целенаправленность и системность, что в итоге позволит Российской Федерации активизировать использование инструментов "мягкой силы" на международной арене.

55 Original: a) усиление роли, значения и конкурентоспособности русского языка в современном мире; б) поддержка изучения и преподавания русского языка; в) совершенствование инфраструктуры, используемой для развития международного культурно-гуманитарного и научно-образовательного сотрудничества.

nivelamento; atendimento às necessidades dos cidadãos estrangeiros na obtenção de uma educação multinível em russo nos principais programas educacionais e profissionais gerais; a ampliação do acesso à literatura em língua russa no exterior e, por fim, fornecer acesso para aqueles que estudam a língua russa no exterior aos recursos eletrônicos das bibliotecas da Federação Russa, desenvolvendo um sistema de troca de livros interestadual e interbibliotecas.

Para execução destas atividades o documento pontua a importância da necessidade de transmissão informacional em russo e sobre a língua russa no exterior, apontando o uso das mídias de massa russas presentes no exterior, da internet e da confecção de relatórios de diagnóstico periódicos como principais meios de execução para isso.

Toda esta gestão informacional e aplicação prática dos objetivos e atividades são geridos e direcionados através de um agente central, o Ministério das Relações Exteriores da Rússia, que se responsabiliza, neste documento, por desenvolver uma estratégia comum e coordenar atividades para apoiar e promover a língua russa no exterior. Juntamente com este agente são mobilizados também o Ministério da Educação e Ciência da Rússia, o Ministério da Cultura da Rússia, a agência Rossotrudnichestvo⁵⁶ - no Brasil chamada de Casa Russa - e outras autoridades executivas federais e autoridades executivas das entidades constituintes da Rússia Federação, em especial a Fundação Russkiy Mir⁵⁷

A Fundação Russkiy Mir foi criada por decreto de Vladimir Putin em 2007, como uma organização patrocinada pelo governo destinada a promover a língua e a cultura russas em todo o mundo e "formar o Mundo Russo como um projeto global" (FUNDAÇÃO RUSSKIY MIR, 2013). Em adição, segundo estudiosos das políticas linguísticas russas, a Fundação também coopera com a Igreja Ortodoxa Russa para fins de promoção de valores considerados pelo governo da Federação Russa como essenciais e fundadores da cultura, levando adiante os interesses do país diante da preponderância internacional da tradição cultural ocidental e estabelecendo uma estratégia de *soft power* (KUDORS, 2010; DOLINSKY, 2011). Assim, a Fundação foi modelada a partir de agências semelhantes de promoção da cultura, como o British Council e o Goethe Institut.

Diante desta forte presença de gestão estatal da língua russa no exterior, passamos adiante para a seção que analisará a política e gestão linguística chinesa, que conta também com forte presença de instituições governamentais em sua execução.

3 REPÚBLICA POPULAR DA CHINA: CONSTITUIÇÃO E LEGISLAÇÃO DO INSTITUTO CONFÚCIO

⁵⁶ Citação original: Rossotrudnichestvo

⁵⁷ Citação original: Фонд "Русский мир"

O Instituto Confúcio (IC)⁵⁸ é a instituição educacional responsável pelo ensino e divulgação da língua e cultura chinesa mundialmente. A primeira unidade foi aberta em na cidade Seoul, Coreia do Sul, no ano de 2004, se tornando com passar dos anos uma das principais iniciativas de ensino com 443 unidades e 646 Confucius Classrooms (CC) em 120 países, além de mais de 400 solicitações de abertura em 71 países, como divulgado na *Oitava conferência dos Institutos Confúcio*⁵⁹ Nos países lusófonos, seu estabelecimento começou na Universidade do Minho em Portugal, em dezembro de 2005, expandindo para oito países falantes de língua portuguesa. No Brasil, a primeira unidade foi criada em parceria entre a Universidade Estadual Paulista (Unesp) e a Universidade de Hubei, no ano de 2008, e atualmente há 11 ICs e 3 CCs independentes.

Por sua relevância no cenário nacional e internacional, pretendemos entender sua atuação por meio da análise da *Constituição e Legislação do Instituto Confúcio*⁶⁰, aprovado e em vigência deste primeiro de outubro de 2006. O IC é ligado ao Ministério da Educação da RPC, sendo assim um órgão governamental, fundado pelo Escritório do Conselho Internacional de Língua Chinesa⁶¹, popularmente referido como Hanban.

Diante a categoria de localidade, diferente do caso russo, e aproximando-se ao *Korea Foundation Act*, não há especificação sobre os locais para se estabelecer unidades do IC, formulando uma dicotomia entre “China” e “Países estrangeiros”. A falta de especificação dos países em cooperação leva estes a serem considerados um conceito-base, como já trabalhado na discussão sobre a Coreia.

Os Institutos Confúcio se dedicam a satisfazer as demandas de pessoas de diferentes países e regiões do mundo que estudam a língua chinesa, para melhorar a compreensão da língua e cultura chinesa por parte desses povos, para fortalecer o intercâmbio educacional e cultural e a cooperação entre a China e outros países, para aprofundar as relações de amizade com outras nações, para promover o desenvolvimento do multiculturalismo e para construir um mundo harmonioso. (Sede do Instituto Confucius / Centro para o Desenvolvimento do Ensino de Chinês como Língua Estrangeira, Ministério da Educação, 2006, Tradução nossa)⁶²

A falta de especificação dos países no documento se deve também aos princípios e objetivos da instituição, que estabelecem esta como organização divulgadora da língua e cultura chinesa. De

58 Original: 孔子学院

59 <https://www.uv.es/uvweb/confucius-institute-uv/en/hanban/what-is-hanban-1285919278085.html>

60 Citação original: Constitution and By-Laws of the Confucius Institutes, 孔子学院章程

61 Citação original: Office of the International Council of Chinese Language 国家汉办

62 Citação original: 第一章/总则/第一条 孔子学院致力于适应世界各国（地区）人民对汉语学习的需要，增进世界各国（地区）人民对中国语言文化的了解，加强中国与世界各国教育文化交流合作，发展中国与外国的友好关系，促进世界多元文化发展，构建和谐世界。Confucius Institutes devote themselves to satisfying the demands of people from different countries and regions in the world who learn the Chinese language, to enhancing understanding of the Chinese language and culture by these peoples, to strengthening educational and cultural exchange and cooperation between China and other countries, to deepening friendly relationships with other nations, to promoting the development of multi-culturalism, and to construct a harmonious world.

modo que a implementação de novas unidades refletem a situação diplomática da China com a comunidade internacional, fazendo com que não seja de interesse a especificação de países parceiros. Percebe-se que estas parcerias são descritas a partir de outros conceitos-base, como o “multiculturalismo”, a construção de um “mundo harmonioso”, o “respeito mútuo”, “negociações amigáveis” e o “benefício mútuo”. O multiculturalismo pode seguir diferentes definições e posturas, a título de exemplo seriam o multiculturalismo conservador, o liberal, o acadêmico e acadêmico de esquerda (PUH, 2020a), mas o documento em questão não define a perspectiva adotada, sendo, então, um conceito-base, ao ser considerado um consenso pelos autores.

Da mesma maneira, não está definido o significado de um “mundo harmônico”, mas pode-se entender que as outras expressões fazem parte deste. Porém, queremos chamar a atenção para o uso de “benefício mútuo”, em que não explicitam sua natureza, se seria econômica, social, cultural, educacional, deixando aberto um leque de possibilidades sobre os benefícios da implementação do IC. Outro ponto a ser considerado é que, ao se estabelecer a existência de relações de benefício mútuo, pressupõe-se que nem todas o são, criando uma dualidade entre os acordos diplomáticos. Assim, podemos entender que há um caráter de disputa de influência na arena mundial, representada neste caso pelo estabelecimento do IC por parte da China.

Em dualidade com o conceito-base, há os conceitos explicitados. No documento, o conceito de língua chinesa se enquadra como conceito explicitado, por causa do seguinte trecho:

Os Institutos Confúcio conduzem as instruções de língua chinesa em mandarim, usando os caracteres chineses padrão. (Sede do Instituto Confucius / Centro para o Desenvolvimento do Ensino de Chinês como Língua Estrangeira, Ministério da Educação, 2006) (Tradução nossa)⁶³

Assim, fica determinado o uso do mandarim padrão (*putonghua* 普通话), junto aos caracteres padrão, se referendo a escrita simplificada adotada na China. Esta determinação se explica pelo Artigo 6 do Capítulo 1, que define que:

Os Institutos de Confúcio devem respeitar as leis e regulamentos dos países onde estão localizados, respeitar as tradições culturais e educacionais locais e os costumes sociais, e não devem violar as leis e regulamentos da China. (Sede do Instituto Confucius / Centro para o Desenvolvimento do Ensino de Chinês como Língua Estrangeira, Ministério da Educação, 2006, Tradução nossa)⁶⁴

63 Citação original: 孔子学院的汉语教学采用普通话和规范汉字。The Confucius Institutes conduct Chinese language instructions in Mandarin, using Standard Chinese Characters

64 Citação original: 孔子学院应当遵守注册地法律法规, 尊重当地文化教育传统与社会习俗, 并且不得与中国有关法律相抵触。The Confucius Institutes shall abide by the laws and regulations of the countries in which they are located, respect local cultural and educational traditions and social customs, and they shall not contravene concerning the laws and regulations of China.

Assim, temos que o Instituto Confúcio atua em conformidade com as leis chinesa e dos países nos quais se localizam, mas não se explicitam quais seriam estas. Assim, recaem sobre a categoria de conceito-base, juntamente com a de base legal. Com o intuito de explicitar as possíveis influências da legislação chinesa sobre o ensino de línguas, levantamos as leis chinesas que tratam sobre educação e língua e aplicáveis ao ensino de língua chinesa. Estas seriam:

Lei da Educação da República Popular da China⁶⁵

Lei dos Professores da República Popular da China⁶⁶

Lei de Educação Compulsória da República Popular da China⁶⁷

Lei da República Popular da China sobre o idioma chinês padrão falado e escrito⁶⁸

A definição do mandarim como língua a ser ensinada no Instituto Confúcio se deve a última mencionada, visto que a *Lei da República Popular da China sobre o idioma chinês padrão falado e escrito*, promulgada em 2001, determina no *Capítulo II Uso da língua chinesa padrão falada e escrita*, Artigo 20, que “*Putonghua* e os caracteres chineses padronizados devem ser ensinados em aulas para estrangeiros que estejam aprendendo chinês.” Esta decisão se apoia no ideário do mandarim como língua unificadora da nação, que está refletido nas políticas estatais chinesas. (MOSER, 2006) Assim, se reforça o papel da atuação do IC como lugar de influência política e cultural diante da arena mundial.

Então, o conceito de língua chinesa faz parte dos conceitos explicitados por possuir uma definição no próprio documento, mas a escolha pelo mandarim e ideogramas não se apresenta no texto, de modo que se entende esta escolha ao recorrermos a base legal e conceito-base que aponta o cumprimento de leis chinesas. Ainda como parte dos conceitos explicitados temos o Instituto Confúcio, em que o documento discorre sobre as definições, objetivos e obrigações. Por se tratar do tópico central, ao longo de todo o texto delimita-se a definição desta instituição. Como principais pontos, temos que o IC é uma organização educacional sem fins lucrativos ligada ao governo da RPC dedicada ao ensino da língua e cultura chinesa. Dentro dessas condições, se estabelece no Artigo 11 os serviços prestados pelo instituto:

Ensino da língua chinesa;

Treinamento de instrutores de língua chinesa e fornecimento de recursos para o ensino da língua chinesa;

Realização do exame HSK (Chinese Proficiency Test) e testes para a Certificação dos Professores de Língua Chinesa;

65 Disponível em: http://www.npc.gov.cn/zgrdw/englishnpc/Law/2007-12/12/content_1383710.htm

66 Disponível em: http://www.npc.gov.cn/zgrdw/englishnpc/Law/2007-12/12/content_1383815.htm

67 Disponível em: http://english.www.gov.cn/archive/laws_regulations/2014/08/23/content_281474983042154.htm

68 Disponível em: http://www.npc.gov.cn/zgrdw/englishnpc/Law/2007-12/11/content_1383540.htm

Fornecer informações e serviços de consultoria relativos à educação, cultura, etc., da China;
Realizar atividades de intercâmbio linguístico e cultural entre a China e outros países. (Sede do Instituto Confucius / Centro para o Desenvolvimento do Ensino de Chinês como Língua Estrangeira, Ministério da Educação, 2006) (Tradução nossa)⁶⁹

Após determinadas as funções e serviços do IC, os capítulos seguintes abrangem a implementação e organização deste, fazendo parte assim da categoria de análise Meios de Execução. O *Capítulo 3: A Sede* expressa a organização do conselho da sede e suas obrigações, assim como os agentes responsáveis, que seriam: o Presidente, os Vice-Presidentes, os Membros do Conselho Executivo e os Membros do Conselho, recomendados pela agência administrativa de educação do Conselho do Estado Chinês e aprovados pelo Conselho do Estado, que também entram na subcategoria de agentes. O *Capítulo 4: Estabelecimento* trata sobre a implementação de uma unidade do IC, apontando os fatores necessários para aprovação de uma nova unidade e os procedimentos para o requerimento. Para a execução do projeto é necessário investimento financeiro, que é discutido no *Capítulo 5: Fundos*. Assim, determina-se uma divisão igualitária de investimentos entre a unidade individual do IC e os partidos chineses, colocados assim como agentes. O gerenciamento dos fundos de investimento estão detalhados nos *Regulamentos de Administração dos Fundos Chineses para os Institutos de Confúcio*, citado no Artigo 24, entrando como Base Legal deste documento. Os capítulos 6 e 7 abrangem a organização administrativa, incluindo os direitos e obrigações.

Apresentadas as particularidades de cada documento diante sua realidade geopolítica, a próxima seção se destina explicitar as concordâncias e dissonâncias entre eles.

TRIANGULAÇÃO DA DEZESCRITA DE DOCUMENTOS

Tendo em vista o caráter construído política e socialmente das políticas linguísticas, enxergamos uma relação direta entre a constituição dos documentos e diretrizes aqui analisados com o contexto cultural linguístico em que estão inseridos. Segundo Schiffman (1996, p. 5), a ideia de *cultura linguística* seria “o conjunto de comportamentos, suposições, formas culturais, preconceitos, sistemas de crenças populares, atitudes, estereótipos, formas de pensar sobre a linguagem e

69 Citação original: (一) 开展汉语教学；(二) 培训汉语教师，提供汉语教学资源；(三) 开展汉语考试和汉语教师资格认证；(四) 提供中国教育、文化等信息咨询；(五) 开展中外语言文化交流活动。 a. Chinese language teaching; b. Training Chinese language instructors and providing Chinese language teaching resources; c. Holding the HSK examination (Chinese Proficiency Test) and tests for the Certification of the Chinese Language Teachers; d. Providing information and consultative services concerning China’s education, culture, and so forth; e. Conducting language and cultural exchange activities between China and other countries.

circunstâncias histórico-religiosas associadas a uma determinada linguagem”⁷⁰. A partir desta noção, é possível compreender que políticas linguísticas são parte de um todo que compõe a paisagem linguística de um determinado grupo de falantes que constituem-se em um povoou Estado-nação. Neste sentido, pensamos que os documentos aqui analisados e o conjunto de práticas de gestão e planejamento linguístico ao qual pertencem são parte de um todo complexo e multifacetado que, a nível estatal, são motivados por e contribuem para a formação de demandas e ideologias próprias a cada contexto cultural e nacional a partir do movimento dialógico entre Estado, sociedade e cultura linguística. Por fim, este conjunto de fatores se articula de forma a contribuir para a construção das definições de nação e nacionalidade, tornando as línguas como o russo, coreano e mandarim padrão (*putonghua*) pontos de identificação e unificação nacional. Assim, um exercício de triangulação destas particularidades pertinentes a três diferentes línguas e países e seus desdobramentos através das categorias analíticas da *dezescrita* pode contribuir para a melhor compreensão e explicitação destes contextos culturais linguísticos ainda permeado por visões orientalizantes por meio das políticas linguísticas pertinentes às suas respectivas comunidades de falantes e ao ensino desta língua no Brasil.

A partir da categoria de localidade, o documento chinês trata sobre a fundação de uma instituição e, por consequência, aborda também a localidade de sua sede, localizada em Beijing, capital da RPC. Em contraste, o documento coreano, apesar de ter o mesmo propósito, não cita de forma explícita o local de sua sede, Seongwipo, um fato interessante tendo em vista que a maior parte das agências governamentais - incluindo o Ministério das Relações Exteriores - estão localizadas na capital Seul. No caso russo, em não se tratando de um documento referente a uma fundação específica, não é possível identificar uma localidade a fins de comparação.

Ainda em vista a categoria de localidade dos documentos oficiais, pudemos constatar que tanto a China quanto a Coreia do Sul mencionam - para além de si próprios - uma comunidade internacional e países estrangeiros, de forma vaga e se configurando, também, enquanto conceitos-base. Já no caso russo, além de mencionar vagamente a comunidade internacional, menciona também de forma específica comunidades de imigrantes e descendentes russos e também a Comunidade de Estados Independentes, que é composta por países que anteriormente formaram a URSS. Portanto, surgem como conceitos-base nos três textos os termos relativos à comunidade internacional e países estrangeiros, ou seja, não se explicita diretamente a quais países estes documentos se direcionam. No entanto, é importante pontuar que o documento russo possui um maior direcionamento (comunidade

⁷⁰ Original: the set of behaviours, assumptions, cultural forms, prejudices, folk belief systems, attitudes, stereotypes, ways of thinking about language, and religio-historical circumstances associated with a particular language.

internacional, países com comunidades russas e Comunidade de Estados Independentes), ainda que não nomeie países específicos quando trata da arena mundial e do estrangeiro de forma generalista.

Um outro ponto de destaque nos conceitos-base é a conceitualização acerca do que seria a língua. Quando tratamos do documento sul-coreano, não existe uma explicitação acerca do que seria a língua coreana⁷¹, o que configura o termo como um conceito-base. Já nos casos chinês e russo, existe uma explicitação do que seriam as línguas chinesa e russa, o que configura um conceito explicitado. Na China, a língua chinesa se refere a uma variante linguística específica, enquanto na Rússia, a língua está mais atrelada ao contexto sócio-cultural.

Quanto aos meios de execução, podemos mencionar como um objetivo comum a todos os documentos a promoção de um melhor entendimento dos países e suas culturas. Estes também se apresentam como conceitos-base por não explicitarem e descreverem o que seria um melhor entendimento ou sobre o que seria este entendimento, bem como o que seria uma imagem positiva ou negativa. Também, no documento russo existem termos mais explícitos como *poder suave*⁷² e melhoria de imagem, enquanto os documentos chinês e coreano possuem termos mais abrangentes. Complementarmente, pudemos observar nos três documentos termos como amizade internacional, bilateralidade, multilateralidade, relações iguais, mutuamente benéfico, desenvolvimento harmonioso, entre outros, demonstrando que os três têm em seus meios de execução a ideia de um desenvolvimento diplomático positivo, indicando o uso de um vocabulário da área de relações internacionais/diplomacia cujos efeitos sobre os textos e seus discursos demandaria uma análise mais atenta.

Quanto a redação desses documentos, temos como agentes no caso do ato sul-coreano o Ministério das Relações Exteriores da República da Coreia, já no da China temos a sede do Instituto Confúcio, parte do Centro de Desenvolvimento para o Ensino do Chinês como Língua Estrangeira do Ministério da Educação da República Popular da China⁷³. Diferentemente dos países anteriores, no caso da Rússia temos o presidente Vladimir Putin como agente redator único devido ao fato do documento ser um decreto presidencial, apesar de não ser escrito em primeira pessoa e serem mencionados no corpo do texto outros agentes que participam de diferentes processos, como o Ministério das Relações Exteriores.

Ainda se tratando da atuação dos agentes, temos as questões pertinentes ao financiamento das instituições e projetos. Quando observamos o documento sul-coreano, notamos um maior

71 Esta conceitualização ocorrerá somente no Ato de Enquadramento da Língua Coreana (DEPARTAMENTO DE LÍNGUA COREANA, 2011)

72 Original: мягкой силы

73 Original: 孔子学院总部/教育部对外汉语教学发展中心

detalhamento acerca do financiamento da Fundação Coreia, que conta com um Fundo próprio e com diversas fontes possíveis de financiamento, podendo inclusive desenvolver projetos com fins lucrativos, desde que autorizados pelo Ministro de Relações Exteriores. Já no documento chinês, há a especificação de que não podem haver fins lucrativos e que o orçamento é dividido de forma igualitária entre as unidades e partidos. Por fim, o documento russo não especifica a questão de fundos ou orçamentária, apesar de ser o documento mais abrangente dentre os três em tópicos como língua, suporte informacional e métodos de execução. O assunto aparece uma única vez em um item específico sobre alocamento orçamentário federal para treinamento de especialistas no campo da língua russa.

A partir deste exercício primário de *dezescrita* dos três documentos e sua comparação, pode-se perceber as dissonâncias estruturais em suas construções, como a preferência pelo detalhamento e aprofundamento de certos tópicos em detrimento de outros - que diferem em cada documento analisado -, além do escopo e atuação dos agentes presentes no processo de desenvolvimento do documento e seus desdobramentos. Ainda assim, é possível perceber consonâncias como na ideia da promoção de uma imagem positiva do país e cooperação internacional através do ensino de língua no exterior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS - COREANO, RUSSO E CHINÊS NO BRASIL

Tendo esta breve ciência dos três contextos particulares das cultura linguísticas e seus desdobramentos nas políticas linguísticas da qual fazem parte os três documentos aqui triangulados, nesta seção detalharemos as consequências práticas no ensino de coreano, russo e chinês no Brasil.

No caso da língua russa temos a agência Rossotrudnichestvo, que no país ganha a denominação de Casa Russa no Brasil. Nesta instituição são promovidos eventos culturais como mostras de cinema, além de atuar na organização e aplicação das provas de proficiência em língua russa no país, na promoção de cursos de russo em parceria com associações de imigrantes como os Compatriotas Russos no Brasil e a divulgação de notícias voltadas a comunidade de imigrantes e descendentes. Além disso, a Fundação Russkiy Mir está presente no país através de convênio com o Laboratório de Estudos Russos da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas - USP a partir do fornecimento de livros desde 2011 (PILZ, 2012), porém tendo seu escopo de atuação na formação acadêmica através deste grupo limitado a isso. A mesma fundação faz ainda a manutenção de um portal de notícias e conteúdos sobre a Rússia em português do Brasil.

Já ao falarmos sobre a Fundação Coreia, sua atuação está presente no Brasil através de iniciativas de apoio com recursos humanos e financeiros aos projetos de difusão da língua e cultura

coreanas, conforme mencionamos anteriormente. Além disso, a Fundação Coreia também atua como apoiadora na Universidade de São Paulo, com auxílios ao curso de coreano, único a nível de graduação no país.

Na questão do ensino de língua chinesa, a atuação do Instituto Confúcio em solo nacional influencia a esfera pública e privada brasileira. Na esfera pública, há a adoção de materiais didáticos publicados pelo próprio instituto no curso de Letras-Chinês na Universidade de São Paulo, único do país e da América Latina. Assim como o curso de língua chinesa nos Centros de Língua do Estado de São Paulo foi criado em parceria com o Instituto Confúcio da Unesp, indicando nas diretrizes⁷⁴ o uso de materiais didáticos deste e adotando a nomenclatura de divisão de nivelamento, a partir da prova HSK, prova de proficiência em língua chinesa aplicada pelo Instituto Confúcio. Diante da esfera privada, a criação de materiais didáticos também segue os parâmetros da prova HSK e se baseia na estrutura e metodologia de ensino aplicada pelo instituto. Deste modo, a atuação do IC rege os diferentes âmbitos de ensino de línguas no Brasil.

Portanto, retomando os tópicos trabalhados anteriormente acerca do monolinguismo no Brasil, a ausência de políticas linguísticas brasileiras que incentivem o ensino das línguas orientalizadas no Brasil explicita a importância das agências e documentos aqui analisados. Isso ocorre pois através destes incidem as principais políticas linguísticas que influenciam o ensino de coreano, russo e chinês, por conta de uma terceirização desse escopo de atuação por parte do governo brasileiro para os países estrangeiros e suas políticas. Por isso, se torna ainda mais relevante a realização de exercícios analíticos como o exposto ao longo deste artigo, para que possamos melhor compreender as políticas linguísticas internacionais e os contextos particulares de cultura linguísticas, história, sociedade, economia e política que as cercam e seus desdobramentos no Brasil, a fim de melhor entender e articular o ensino de línguas estrangeiras orientalizadas no contexto brasileiro e contribuir para a formação dessa área no país.

REFERÊNCIAS

BARZOTTO, Valdir; RIOLFI, Claudia R. Dezescrita. São Paulo: Paulistana, 2014. DEPARTAMENTO DE LÍNGUA COREANA . Ministério da Cultura, Esportes e Turismo da República da Coreia . Ato nº 10584, 14 abr. 2011. Coreia do Sul, 14 abr. 2011. Disponível em: <https://law.go.kr/LSW/lsInfoP.do?viewCls=engLsInfoR&urlMode=engLsInfoR&chrClsCd=010203&lsiSeq=136820#0000>. Acesso em: 15 set. 2022.

DOLINSKY, Alexei Dolinsky . How to Strengthen Soft Power?. Russkiy Mir Foundation, 2 mar. 2011. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20120602131114/http://www.russkiymir.ru/russkiymir/en/magazines/archive/2011/03/article0002.html> Acesso em: 20 mar. 2021

⁷⁴ Diretrizes curriculares para o ensino de idiomas no CEL: mandarim

Confucius Institute Headquarters (Hanban). Constitution and By-Laws of the Confucius Institutes. Pequim: Development Center for Teaching Chinese as a Foreign Language, 2006.

FEDERAÇÃO RUSSA. Концепция государственной поддержки и продвижения русского языка за рубежом (утв. Президентом РФ 03.11.2015 N Пр-2283). Presidente da Federação Russa, Moscou, 03 nov. 2015. Disponível em: <https://legalacts.ru/doc/kontseptsija-gosudarstvennoi-podderzhki-i-prodvizhenija-russkogo-jazyka/> Acesso em: 30 nov. 2021

FEDERAÇÃO RUSSA. Указ Президента Российской Федерации от 21.06.2007 г. № 796. Presidente da Federação Russa, Moscou, 21 jun. 2007. Disponível em: <http://www.kremlin.ru/acts/bank/25689> Acesso em: 30 nov. 2021

FUNDAÇÃO RUSSKIY MIR. About Russkiy Mir Foundation. 2013. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20130921054100/http://www.russkiymir.ru/russkiymir/en/fund/about> Acesso em: 20 mar. 2021

KRAUSE-LEMKE, CIBELE; PUH, MILAN. Produção acadêmica em estudos eslavos no Brasil: balanços e perspectivas para o fomento de novas propostas de cooperação internacional. Fórum Linguístico, v. 18, p. 5675-5688, 2021.

KUDORS, Andis. "Russian World": Russia's Soft Power Approach to Compatriots Policy". Russian Analytical Digest, v. 81. Research Centre for East European Studies, 2010. MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA DA COREIA. Ato no 17308, de 26 mai. 2020. Seul, 26 mai. 2020. Disponível em: https://elaw.klri.re.kr/eng_service/lawView.do?hseq=55540&lang=ENG. Acesso em: 15 set. 2022.

MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA DA COREIA. Emenda-Parcial no Ato no 9878, de 30 de dezembro de 2009. Seul, 30 dez. 2009. Disponível em: <https://www.law.go.kr/eng/engLsSc.do?menuId=2&query=KOREA%20FOUNDATION%20A CT#liBgcolor9>. Acesso em: 27 set. 2021.

MOSER, David. A Billion Voices: China's Search for a Common Language: Penguin Specials: China's Search for a Common Language. Penguin Group Australia, 2016.

PILZ, Vanessa. Fundação Russkiy Mir completa um ano de atividades no Brasil. Gazeta Russa, Moscou, 17 nov. 2012. Disponível em: https://br.rbth.com/articles/2012/11/17/fundacao_russkiy_mir_completa_um_ano_de_atividades_no_brasil_16483. Acesso em: 13 set. 2022

PUH, MILAN. ESTUDOS ESLAVOS NO BRASIL: CONSTITUIÇÃO DE UMA ÁREA. Revista X, v. 15, p. 674-697, 2020b.

PUH, MILAN. Tudo junto e misturado?: as contribuições e os limites do multiculturalismo no ensino de línguas. El toldo de Astier, v. 20-21, p. 415-432, 2020a.

QIAO, Jianzhen. INSTITUTOS CONFÚCIO NOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA E SEU PAPEL NOS INTERCÂMBIOS POVO A POVO. Pontos de Interrogação, [s. l.], v. 10, n. 2, ed. Especial, p. 237-251, Jul./Dez. 2020.

RYAZANOVA-CLARK, Lara. "The State Turning to Language": Power and Identity in Russian Language Policy Today. Russian Language Journal. Vol. 56. 2006.

SAID, Edward W. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A construção multicultural da igualdade e da diferença. Oficina do CES, n. 135, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, Janeiro de 1999.

SCHIFFMAN, Harold. Linguistic Culture and Language Policy. The Politics of Language Series, Routledge, Londres, 1996.

VIEIRA, Pedro Antonio. O nacionalismo metodológico na economia e a Economia Política dos Sistemas-Mundo como possibilidade de sua superação. Estudos do CEPE, p. 78-94, 2015.